

A ESCOLARIZAÇÃO DE PORTUGAL: ESTADO E “BRASILEIROS” NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Wenceslau Gonçalves Neto – Universidade Federal de Uberlândia

Justino Magalhães – Universidade de Lisboa

Eixo Temático 1: Políticas educacionais e movimento sociais

O Estado e seus fins

Dentre as grandes transformações que se processam na segunda metade do século XIX europeu, duas mais especificamente nos interessam neste trabalho, como referências para a construção argumentativa: a formação do Estado liberal e a montagem dos sistemas nacionais de ensino, embora a implementação de ambos tenha ocorrido de forma variada nos diferentes países europeus, bem como no restante do mundo ocidental.

O processo de construção do sistema público de instrução será concomitante e complementar ao de afirmação do Estado. No confronto que se estabelece na realidade europeia a instrução tornar-se-á numa peça fundamental, considerada como mecanismo não apenas de formação do cidadão, mas também como elemento gerador e multiplicador do progresso. Nesse sentido, “los Estados europeos asumen desde principios del siglo XIX una estrategia de creación del sistema público de educación como uno de los medios más eficaces de competir en el nuevo espacio político representado por las relaciones entre Estados nacionales” (BENITEZ, 1997, p. 40). E o controle e a manutenção do poder, representados pelo domínio do Estado, estarão umbilicalmente ligados ao mecanismo da sua legitimação que deverá ser igualmente submetido e utilizado em prol dos interesses dominantes. E esse se torna uma realidade desde o início do século XIX: “Lo que queda y perdura [pós Napoleão] – y eso es lo determinante – es, entre otras cosas, esa gran maquinaria del Estado que obsesionaría por igual a todos los políticos y cuya conquista se convierte en su objetivo principal. Y la educación será instrumento principalísimo de control y reproducción de esa macroestructura estatal” (BARREIRO RODRÍGUEZ, 2005, p. 69).

O avanço da instrução pública em Portugal, no entanto, diferencia-se do que ocorre nos países europeus mais avançados. Entre 1850 e 1900 o Estado português consegue apenas um crescimento discreto na alfabetização da população, passando de 15% para 25% (CANDEIAS, 2005, p. 483). O Estado português, portanto, não foi competente na criação de um sistema público de ensino eficaz, e suas iniciativas não foram suficientes para alcançar os

objetivos de escolarização da população. E se não foi capaz de o tornar realidade pela via estatal, tenta encontrar soluções fora dos seus domínios, conclamando, por exemplo, a iniciativa privada para complementar a ação do Estado e oferecer um leque mais amplo de opções à população. Há um esforço para incorporar os particulares, ao qual muitos respondem com a criação de escolas, doação de livros e material escolar, mas os seus resultados não serão muito diferentes dos que foram conseguidos pelo sistema público.

A iniciativa privada na instrução portuguesa

A percepção da importância da educação na preparação do povo para uma nova realidade, se encontrava presente no ideário das elites portuguesas. No entanto, a importância dada à escola neste contexto a projeta não apenas como dever do Estado, “mas também que seja vista como um dever das populações” (TORGAL & VARGUES, 1997, P. 82). O que remete o encargo dos negócios da instrução para além das obrigações do Estado, podendo chamar, para secundá-lo, a iniciativa privada (com ou sem fins lucrativos), as instituições filantrópicas, etc. Observando que em vários países que já haviam equacionado o problema da educação nos seus territórios na segunda metade do século XIX, a iniciativa particular, lucrativa ou filantrópica, havia cumprido importante papel, atendendo à demanda por esse bem que não era ofertado unicamente pelo Estado, D. António da Costa (1870, p. 58) anota: “Ao inverso de todas as nações cultas, em Portugal o estado é o elemento principal da instrução primaria, enquanto a localidade e a iniciativa particular são o incidente”.

E o Estado irá se utilizar dessa brecha para se desresponsabilizar parcialmente das suas obrigações. Em um ofício circular de número 2, de março de 1874, enviado ao Administrador do Concelho de Mafra, o Governo Civil de Lisboa apresenta uma série de considerações sobre a necessidade de abertura de escolas nas freguesias dos concelhos, conclamando a autoridade administrativa para providenciar com as Juntas de Paróquia, Irmandades, Confrarias os edifícios e mobiliários necessários para a implantação das escolas. E adiciona uma recomendação que representa a implementação de um novo campo da caridade, direcionando a filantropia para um ramo diferente de ação, atendendo às novas necessidades advindas das transformações da sociedade europeia no século XIX:

“Convém outro sim que n’este empenho se consiga a iniciativa dos particulares, e o seu auxilio, e por conseguinte deve V. Senhoria procurar trazer em favor d’esta interessante cauza o amparo dos homens de bôa vontade e protegidos da fortuna, no Concelho a cargo de V. Senhoria, buscando ensejo de levar ao seu conhecimento, pela fôrma que julgar mais adequada, quanto a caridade que

liberaliza o pão do espirito aos desherdados dos meios de os adquirirem é pelo menos digna da mesma consideração que os poderes publicos tributam á caridade que se apressa em acudir ás victimas da doença, da miseria, ou d´outras desgraças, e que tão viva e desvelada se mostra sempre entre nós”¹.

No entanto, a forma de atuação assumida pelo Estado português, para D. António da Costa (1870, p. 86), não é a forma mais acertada. O Estado deveria assumir uma atitude mais participativa, oferecendo subsídios, complementando o esforço privado, assumindo as despesas em instituições que estivessem com problemas financeiros, etc. O que seria necessária era uma parceria, envolvendo o Estado, os Concelhos municipais e a iniciativa privada, o que não teria ocorrido.

Os “brasileiros” de Portugal

Uma forma singular de iniciativa voltada para a criação de escolas foi executado pelos emigrados que retornavam a Portugal ou que, de longe, enviavam contribuições para a concretização de obras desse teor ou para outros destinos caritativos. Nesse grupo, na documentação consultada, sobressaem os “brasileiros”, aqueles que se deslocaram para o Brasil, onde conseguiram fazer fortuna, desejosos de por alguma forma retribuir à terra pátria, na forma de melhoramentos sociais, uma parte da riqueza obtida.

O exemplo mais conhecido e significativo da presença da iniciativa particular “brasileira”, voltada para a instrução popular, refere-se ao legado do Conde de Ferreira em 1866, no valor de 144:000\$000 réis, aos quais foram adicionadas contribuições complementares das Câmaras Municipais agraciadas com as escolas, resultando numa rede que abrangia todo o país, conhecida como Escolas Conde de Ferreira. No seu testamento (citado em COSTA, 1900, p. 197-8), assim ficou explicitado:

“Convencido de que a instrução publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com accomodação para vivenda do professor”.

Neste caso, o Estado português, consoante seus objetivos de envolver a iniciativa privada na obra da instrução popular, desresponsabilizando-se parcialmente dessa obrigação, dará rápido apoio à execução do legado. O testamento do Conde é de 15 de

¹ Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: 5 – Officios Circulares – Século XIX Pasta: Instrução Pública – Freguesia de Mafra (não foi preenchido o campo com a data do officio).

março de 1866 (sua morte ocorre logo em seguida, no dia 24 de março) e o governo já em 27 de junho desse mesmo ano traz à luz um decreto, assinado por El Rei D. Luiz, regulamentando sua implementação, no qual, após estabelecer várias prescrições relativas às expropriações de terrenos para fins escolares e tratar das responsabilidades nessa empreitada, acrescenta no seu artigo quinto:

“São auctorisadas as camaras municipaes para contratar, nos termos legaes, com os testamenteiros do fallecido conde de Ferreira, a construcção de edificios e o fornecimento de mobilia para o estabelecimento de escolas de ensino primario, mandadas fazer em cumprimento da disposição testamentaria do mesmo conde. § unico. Os instrumentos d’estes contratos serão lavrados pelos escrivães das respectivas camaras municipaes”².

Apesar do estímulo governamental (estabelecendo a estrutura legal para a implementação do testamento) e do empenho das Câmaras, o processo de construção das escolas foi muitas vezes tumultuado, principalmente pela carência de recursos financeiros, que não foram complementados pelo poder central. Como exemplo, podemos citar a Escola Conde Ferreira, de Mafra, que levou 8 anos entre a aceitação da oferta pela municipalidade e a sua inauguração. O impacto dessas iniciativas nas localidades parece ter sido grande, a julgar pela descrição pormenorizada, feita por D. António da Costa (1885, p. 168-169), de um evento inaugurativo:

“Está Gontinhães toda em festa no dia 9 de janeiro de 1881, arcos, bandeiras, foguetes, musicas; as familias ás janellas desconhecem a sua propria terra. No extremo, acabada de edificar e mobilar quasi sobre uma collina, bafejada de ar puro, cheia de luz, com optimas condições hygienicas, lá se ergue uma ampla escola, coroada de seu campanario, ornada de mappas, quadros, provida de todos os utensilios, com um bom terreno annexo e habitação para o professor, tudo a expensas do caritativo Antonio Manuel Alves do Rego. São nove horas. Á estação vão esperar a camara municipal de Caminha, por entre musica e vivas, os graduados e o povo da localidade. Em seguida dirige-se o prestito para a escola. Nas proximidades d’ella, Alves do Rego, após quarenta e sete annos de trabalhar em paiz estrangeiro, e ‘almejando, palavras suas, por voltar á patria para fazer algum beneficio a bem do paiz’, adianta-se commovido, e, parando todos, offerece ao presidente da vereação uma chave de prata,

² Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: Escola Conde Ferreira, Pasta: Escola do Conde Ferreira – Documentos.

dizendo-lhe: – ‘Sr. Presidente da camara, tenho a honra de lhe entregar esta chave para abrir aquellas portas á instrucção d’esse povo, a fim de nunca mais se fecharem’. E dos olhos rolaram-lhe lagrimas. O presidente abraçou o doador e abriu a porta. Entraram todos. Ouviu-se então um viva unanime. Sobre cento e cinquenta analphabetos, cegos de ignorancia, rompia o primeiro raio do sol que ia alumiar Gontinhães. O templo escolar da sua civilisação festejava entre recitações e applausos a estreia da educação local”.

A extensa citação se justifica pela quantidade de detalhes envolvidos num cerimoniaal como esse, demonstrando o poder que se creditava à educação na mudança do destino dos portuguezes. Estão aí presentes os vereadores, os graduados, etc, mas a escola que Gontinhães nunca teve advém de um donativo externo, de alguém que teve dali sair no passado e que agora retorna trazendo beneficios. Além da caridade, e não duvidamos da sinceridade das lágrimas que os olhos do doador verteram, o que poderia motivar esses cidadãos? Acreditamos que uma necessidade de reconhecimento social, para além do sucesso econômico alcançado, pode complementar a compreensão desse fenômeno: por parte da terra natal, pelo beneficio recebido; por parte do governo, pela concessão de títulos, comendas, etc, distribuídos àqueles que responderam à conclamação do Estado e juntaram-se à causa da instrucção, conforme anotamos acima.

E essas iniciativas beneméritas se multiplicam em Portugal pela ação desses “brasileiros”, que dirigem ou mandam executar as obras a suas expensas. Em 30 de março de 1889, o sub-inspector Jeronymo Maximino Guerra, de Vianna do Castello, comunica ao Director Geral da Instrucção Publica: “Recolho agora mesmo da Freguezia de Outeiro, onde, como a V. Ex^a. dissera opportunamente, fui assistir á vistoria de um bonito edificio escolar e bella mobilia – tudo mandado construir por Manuel Antonio Painhas, cidadão portuguez, natural d’aquella freguezia, mas residente no Brasil”³.

Neste caso, a documentação encontrada não menciona qualquer honraria a ser concedida ao dito cidadão. No entanto, deve ter recebido sua homenagem, pelo que se depreende de outras situações semelhantes, nas quais esse beneficio foi concedido, não havendo razões para se duvidar de um comportamento único por parte do governo em situações desse tipo. Em 12 de dezembro de 1887, um officio do Ministério do Reino ao Governador Civil de Braga, envolvendo a localidade de Villa do Prado, Concelho de Villa Verde, referindo-se à “inauguração solemne d’um edificio grandioso mandado construir pelo

³ Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 157. Torre do Tombo.

Commendador Antonio José de Souza Lima, residente no Brazil”, que já havia prestado outros serviços à localidade, como a manutenção de um curso noturno e o fornecimento de livros para os alunos, determina tornar público a gratidão do Estado para com esses beneméritos: “Há por bem o mesmo Augusto Senhor Ordenar que, em seu Real Nome, o Governador civil do districto de Braga transmita ao alludido Commendador os louvores de que o torna digno o seu patriotico empenho em auxiliar tão poderosamente os progressos do ensino, promovendo a illustração dos povos da localidade, que lhe foi berço”⁴.

Neste exemplo, vemos clara a manifestação do Estado no sentido de se premiar com honrarias as iniciativas de cunho filantrópico, mas não se oferece qualquer ajuda material para a continuidade da obra, demonstrando que o Estado estimulava a iniciativa particular mas não oferecia meios econômicos para auxiliar a consecussão da mesma. E solicitações nesse sentido ocorreram, ainda que de forma quase simbólica em alguns casos, como poderemos ver na situação que passaremos a descrever.

Em officio de 18 de dezembro de 1884, o Governador Civil do Districto da Guarda, informa ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino, sobre os serviços prestados pelo cidadão Damião Francisco Alves de Moura, entre os quais se destaca a construção de escolas para os sexos feminino e masculino na freguesia de Avelans da Ribeira, Concelho da Guarda, de onde o dito Damião era natural. A construção da escola, na qual foram gastos 3:318\$000 réis, além dos donativos do benemérito em questão, recebeu importantes contribuições de amigos residentes no Brasil, que montaram a 2:889\$250 réis. Ou seja, a obra foi quase toda bancada pelos “brasileiros”. Depois de se referir a alguns problemas encontrados por Damião de Moura, “mormente por não ter protegido pretensões de professores que tinham mais em vista gozarem a boa morada que se lhes deparava, do que ensinarem sciencia que ignoravam”, alerta que o mesmo cidadão “já em tempo solicitou do Governo de Sua Magestade alguns livros para tal fim [formar uma biblioteca escolar], mas esse pedido não foi attendido até hoje”. Finalmente, encerra demonstrando o merecimento do cidadão a algum tipo de galardão:

“Por todos estes beneficios prestados á causa da instrucção por tam benemerito cidadão, muita alegria me assiste em cumprir o ordenado por V. Ex^a., desejando que o Governo de Sua Magestade encontre n’estas informações base segura para galardoar devidamente aquelle cidadão, tam digno de respeito e consideração. E n’esta occasião permitta-me V. Ex^a. que eu junte o meu pedido

⁴ Direcção Geral de Instrucção Publica, Caixa 10. Torre do Tombo.

ao d'este benemerito para que V. Ex^a. se digne conceder-lhe alguns livros para a bibliotheca d'aquellas escolas, como elle tanto deseja”⁵.

Noutro officio, de 22 de abril de 1885, o mesmo Governador Civil, respondendo ao Ministério do Reino sobre qual “mercê honorifica” deveria ser concedida a Damião de Moura, volta à mesma questão dos livros, ao informar que “este benemerito nada quer para si, e só pede sejam fornecidos pela imprensa nacional alguns livros para a biblioteca da eschola que edificou na sua aldeia de Avelans da Ribeira”. Em seguida, após esclarecer que o dito Damião de Moura “já é commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo”, anota que se trata de “homem muito modesto e muito inteligente: ganhou uma fortuna de 60 a 70 contos no Brazil”, e finaliza: “Em visto do que [tenho] exposto, parece-me que V. Ex^a. faria justiça sollicitando uma portaria de louvor para este benemerito cidadão”. E a esperada homenagem será anunciada em portaria do Ministério do Reino, de 28 de abril de 1885, onde, após descrever os serviços prestados por Damião Francisco Alves de Moura, ordena-se:

“Há por bem o mesmo Augusto Senhor Determinar que o Governador Civil do Districto da Guarda transmita ao mencionado Commendador os merecidos louvores pelos esforços e donativos, que tão digna e generosamente empregara na realização d'um melhoramento, do qual devem resultar grandes beneficios para a instrucção dos povos d'aquella localidade”.

A homenagem veio, mas o envio dos livros, ao que parece, não aconteceu.

Para se dimensionar um pouco mais a extensão dos esforços despendidos para a consecussão dos objetivos desses beneméritos, examinemos com alguma atenção o discurso proferido por Damião de Moura, quando da inauguração da escola de ensino primário do sexo feminino de Avelans da Ribeira, em 29 de junho de 1879 (a escola do sexo masculino foi inaugurada mais à frente). Neste, somos informados que foram usados seis anos de esforços daquele cidadão para fornecer

“o pão do espirito ás creanças d'ambos os sexos filhas d'esta terra que me viu nascer, e á qual amo depois da família. (...) ella é o alimento espirital da mocidade; cultiva-nos a intelligencia e nos eleva na escala social, segundo o grau de aproveitamento de cada um. Espero, portanto, que no animo de vós todos entrará a convicção de que o homem ou a mulher instruidos, teem superioridade em maximo grau sobre o ignorante e o analphabeto”.

⁵ Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 155. Torre do Tombo. Os documentos indicados à frente, referentes a este processo, encontram-se todos neste mesmo maço.

Vemos aí, não apenas a crença no poder transformador da instrução, mas também a sua indicação como mecanismo de mobilidade social, remetendo a responsabilidade pelo sucesso na vida ao esforço individual de cada um no interior da escola. Da mesma forma, ao destacar a superioridade do alfabetizado, podemos compreender essa referência à preparação não só para a vida, mas também para o trabalho.

Em seguida, chama a atenção para alguns problemas cruciais na educação portuguesa do século XIX: a preparação de professores competentes e o já indicado descaso dos pais para enviar os filhos à escola. Quanto ao primeiro, já observado no ofício do Governador Civil, citado acima, Damião de Moura no seu discurso já parece pressentir problemas futuros de competência docente, mas percebe com clareza que a função da instrução no Portugal da época, sob a ótica do Estado, estava mais relacionada à legitimação da ordem do que à promoção efetiva do educando, para o que elementos de moral e religião são essenciais:

“A professora a quem vai ser confiada a infancia feminina d’esta terra, se não poder infundir-lhe grandes conhecimentos litterarios, ministrar-lhe-ha os necessarios para poderem conhecer, a seu tempo os beneficios que á sociedade em geral advem da instrucção por mais limitada que ella seja, e tenho fé que hade ensinar-lhe regras de moral e religião que, a serem seguidas, hão-de produzir bons fructos no futuro”.

Sobre o segundo, caracterizado pela constante recusa dos pais de manterem seus filhos na escola, dada a necessidade de utilizá-los nos afazeres domésticos, em virtude da pobreza que não lhes permitia abrir mão dessa mão-de-obra infantil, o mesmo Damião verbera: “resta só que os cidadãos d’esta freguezia que teem filhas, as matriculem na respectiva aula, exhortando-os eu a que façam frequentar assiduamente, excluindo-as de certos trabalhos rudes em que até aqui as empregavam, nos quaes muitas vezes adquirem habitos nocivos ao corpo e á alma”.

Mas os problemas não se reduzem ao que já foi apresentado. Em cartaz de bom tamanho, impresso em papel de qualidade, e datado de 31 de dezembro de 1886, Damião de Moura presta homenagem a todos os doadores que participaram da obra de construção da escola, indicando o nome, o local de residência e a quantia doada por cada um. Ao final, coloca uma “nota”, chamando a atenção para os obstáculos colocados à construção da obra por algumas pessoas:

“Afim de que os presentes e vindouros d’esta freguezia possam ter na devida conta as pessoas que na erecção d’estas casas se empenharam consoante as forças de cada um, devo aqui registrar que em todos os seus moradores

encontrei apoio á realização do meu empenho, e ardente desejo, menos no rev.^{do} parcho Antonio Lucio da Fonseca, de certa época em diante, como já o demonstrei pelos jornaes da cidade da Guarda, e no cidadão Estevão dos Martyres Pimentel, que, não obstante uma propriedade contigua á pedreira, que estava de relva, pertencer ainda a seu sogro, prohibiu a passagem da pedra para a escola pela referida propriedade!!!”.

As exclamações com que Damião de Moura encerra a exposição dão-nos mostra que as ações dos beneméritos construtores de escolas no século XIX estavam longe de se constituir unanimidade. Apesar do reconhecimento geral da importância e do poder da educação, os esforços pela sua implementação não se realizavam de forma sistemática e tranquila, integrando efetivamente o Estado, a iniciativa privada e as comunidades. Muitas diferenças, de caráter político, religioso, ideológico se interpunham aos objetivos dos beneméritos, não sendo esses conflitos uma especificidade presente apenas nas ações empreendidas pelo poder público.

Além disso, é importante dizer que, no caso da iniciativa individual dos “brasileiros”, o Estado praticamente se limita à aplicação da lei e à distribuição de honorarias, não oferecendo qualquer contributo mais concreto, mesmo quando instado pelo benfeitor, como no caso do pedido de fornecimento de livros para a formação de uma biblioteca escolar.

Considerações finais

Na análise que empreendemos, partimos do princípio que no século XIX se configura na Europa a formação do Estado liberal e, nas suas esteiras e ao mesmo tempo, de um grande aparato mantenedor e justificador da nova ordem burguesa. Nesse processo, o instrumento eleito para promover a inculcação ideológica às massas, em substituição aos bons serviços prestados pela igreja no Antigo Regime, foi a educação, para o que foi sendo montado um amplo sistema nacional ou estatal para organizar, promover e controlar o acesso do povo à instrução.

No entanto, percebida a incompetência do Estado português na formação do sistema de ensino, identificamos também a tentativa de desresponsabilização por parte deste ao chamar a iniciativa privada para assumir conjuntamente a demanda popular pela instrução, à semelhança do que ocorreu em diversos países europeus que equacionaram por essa época sua questão educacional.

Apesar dos resultados educacionais não parecerem alterados pela presença dessa iniciativa, dada a continuidade dos altos índices de analfabetismo, os privados se fizeram presentes na realidade educacional portuguesa, destacando-se entre eles os “brasileiros”, sendo, contudo, um campo ainda pouco estudado, a merecer uma atenção especial por parte dos historiadores da educação.

Procuramos identificar as motivações explicitadas para a realização dessas obras e também buscamos compreender as razões que muitas vezes se escondem ou são pouco claras aos olhos do povo. De uma forma geral, percebemos que esses beneméritos buscam, antes de mais nada, o reconhecimento social, representado pelo respeito angariado junto à população e pelas honrarias oferecidas pelo Estado, na forma de comendas, louvores, etc. Mas existem também as motivações de ordem mais prática, como a de preparar mão-de-obra necessária para uma indústria ainda nascente em Portugal, ou a legitimação dos interesses burgueses junto ao público operário.

Por outro lado, o Estado, talvez o segundo maior interessado no processo, atrás apenas das classes populares, praticamente se omite, não contribuindo efetivamente para a construção das escolas, limitando-se a estimular, regulamentar e distribuir comendas.

Referências bibliográficas

- BARREIRO RODRÍGUEZ, Hermínio. “La experiência histórica en los distintos países europeos”. In: BARREIRO, Herminio & TERRÓN, Aida. *La institución escolar: una creación del estado moderno*. Barcelona: Octaedro, 2005.
- BENITEZ, Manuel de Puelles. “Incidencia de los factores políticos en la génesis y configuración del sistema educativo español (1809-1836)”. In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora (Espanha): Fundação Rei Afonso Henriques, 1997.
- CANDEIAS, António. “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”. *Análise Social*, Vol. XL, n. 176, Outono 2005.
- COSTA, António da. *A Instrução Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
- COSTA, António da. *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885.
- COSTA, António da. *Historia da instrução popular em Portugal: desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Porto: Editor Antonio Figueirinhas, 1900.
- TORGAL, Luís Reis & VARGUES, Isabel Nobre. “O liberalismo e a instrução pública em Portugal”. In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997.